



LOTO 2 | JACKPOT

O próximo concurso do Loto 2 vai oferecer um prémio de 1,3 milhões de euros, depois de nenhum apostador ter acertado nos seis números sorteados segunda-feira

SAÚDE ■ MINISTÉRIO PROÍBE CONTRATADOS POR EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS

Urgências vão perder três mil médicos

■ Para suprir a falta de clínicos, o Governo já aprovou o regime de contratação de aposentados

■ CRISTINA SERRA TEXTO
MARILINE ALVES FOTOS

Os Serviços de Urgência dos hospitais públicos podem entrar em ruptura já a partir deste mês com a saída de três mil médicos reformados que asseguram o atendimento. O Ministério da Saúde proíbe os hospitais de recorrerem à contratação de clínicos através das empresas de recursos humanos.

Além da saída dos 3000 médicos a recibo verde, que asseguram as Urgências, acresce o número de médicos que este ano pediu a reforma antecipada, 500 profissionais.

A situação agrava-se tendo em conta que o Serviço Nacional de Saúde tem vindo a perder, nos últimos anos, muitos profissionais, estimando-se que tenham optado por trabalhar no privado mais de 2000 médicos, aliciados com vencimentos muito superiores aos que auferiam do Estado.

A proibição do recurso às empresas foi justificada ontem pela ministra da Saúde, Ana Jorge. "É ilegal e não vai ser possível os médicos fazerem privado nas instituições do Serviço Nacional de Saúde, contratados através de empresas."

A ministra explicou que "os médicos terão de fazer contrato direto com os hospitais" e as instituições "não podem fazer aquisição de serviços sem um parecer do Ministério da Saúde, possibilitando regular o trabalho médico e acabar com a desestabilização da prestação de cuidados".

Os serviços que necessitem da contratação dos médicos aposentados, cujo diploma legal foi ontem aprovado, terão de ter apenas a autorização do Ministério da Saúde, não precisando da autorização do primeiro-ministro, José Sócrates. ■



A ministra da Saúde, Ana Jorge, visitou ontem o Hospital Amadora-Sintra, no âmbito do Dia da Criança

Hospitais obrigados a submeter os contratos a aprovação



A pediatra Helena Carreiro

Bebés abandonados no hospital

Helena Carreiro, diretora da Pediatria do Hospital Fernando Fonseca (Amadora-Sintra), afirmou ao CM que algumas crianças são abandonadas na unidade, um problema que não é exclusivo da instituição e que se repete em outras unidades de saúde. "São sobretudo crianças que nasceram na sequência de gravidezes não desejadas. Por vezes temos bebés que chegam a estar aqui abandonados quatro ou cinco meses à espera de serem encaminhados para uma instituição

que as acolha." Em 2009 foram abandonadas no Amadora-Sintra 40 crianças. O hospital dispõe, há vários anos, de um núcleo composto por técnicos que detectam e acompanham estes casos. A ministra da Saúde, Ana Jorge, afirma que "muitas crianças ficam retidas nos hospitais porque não há instituições de acolhimento de resposta rápida". Em 2009 foram sinalizadas 2815 crianças alvo de maus tratos e 1264 foram encaminhadas para vários organismos. ■

Técnicos de diagnóstico terminam greve

Cirurgias, análises clínicas, serviços de sangue e radiologia foram ontem afectados na maioria dos hospitais no segundo dia de greve dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, que contou com uma adesão de 67 por cento.

A paralisação, que termina hoje e visa combater o desemprego entre os jovens recém-licenciados e a estagnação das carreiras, foi menos sentida no Alentejo. Nos hospitais de Beja e Évora, todos os serviços urgentes ou considerados prioritários foram garantidos. Em Portalegre, segundo o porta-voz do hospital local, Ilídio Pinto Cardoso, nenhum dos profissionais aderiu à greve. "Todos estiveram a trabalhar nos últimos dois dias. No Hospital de Elvas estiveram sete em greve, mas os exames foram garantidos", referiu. ■ A.M.S.

APONTAMENTOS

IDADE PEDIÁTRICA
A ministra da Saúde, Ana Jorge, anunciou o aumento da idade pediátrica dos 14 para os 18 anos.

NOVA DIRECÇÃO
O especialista em doenças infecciosas, Jorge Torgal, tomou ontem posse como presidente da Autoridade Nacional do Medicamento, substituindo Vasco Maria.

COMPARTICIPAÇÃO
O novo sistema de comparticipação dos medicamentos entrou ontem em vigor e poderá gerar uma poupança para o Estado de 80 milhões de euros.